



**XXI SNPTTE  
SEMINÁRIO NACIONAL  
DE PRODUÇÃO E  
TRANSMISSÃO DE  
ENERGIA ELÉTRICA**

Versão 1.0  
23 a 26 de Outubro de 2011  
Florianópolis - SC

**GRUPO -11**

**GRUPO DE ESTUDOS DE IMPACTOS AMBIENTAIS - GIA**

**A UHE BELO MONTE E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTAVEL DO XINGU**

**Sílvia Maria Frattini Gonçalves Ramos(\*)    Maria Ceicilene Aragão Martins Rêgo    Márcia Camargo**  
**NÚCLEO ESTRATÉGICO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**  
**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

**RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo apresentar a inserção regional da UHE Belo Monte por meio do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRS Xingu. Os estudos para averiguação da viabilidade da implantação desta usina foram iniciados há mais de 30 anos e compreendem largo histórico de conflito e resistência à implantação da hidrelétrica.

O PDRS – Xingu, instituído pelo Decreto 7340/2010, tem como objetivo viabilizar a implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas da população na perspectiva da implantação da UHE Belo Monte. O concessionário da usina, por força do edital do leilão e contrato de concessão, será parceiro do PDRS Xingu, com o aporte de R\$ 500 milhões em ações prioritárias.

**PALAVRAS-CHAVE**

Inserção Regional, Desenvolvimento Regional Sustentável, Plano de Desenvolvimento, Planejamento Integrado.

**1.0 - INTRODUÇÃO**

A Usina Hidrelétrica Belo Monte – UHE Belo Monte será implantada no rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, Pará. Será a terceira maior hidrelétrica do mundo em potência instalada, com 11.233,1 MW e energia garantida de 4.571 MW. Quando implantada, a UHE Belo Monte irá compor o parque gerador de energia elétrica, sendo integrada ao Sistema Interligado Nacional e contribuindo para o suprimento das demandas do território brasileiro, do Amapá ao Rio Grande do Sul, de acordo com o despacho de carga realizado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Cabe ressaltar que a demanda de energia elétrica paraense está contemplada nos planos setoriais de atendimento. A importância estratégica desse empreendimento está, principalmente, na integração de bacias hidrográficas com diferentes regimes hidrológicos, o que proporciona ganhos de energia garantida ao sistema elétrico brasileiro.

Os estudos para averiguação da viabilidade da implantação da UHE Belo Monte foram iniciados há mais de 30 anos e compreendem largo histórico de conflito e resistência à implantação da hidrelétrica. Os atores regionais estão polarizados em grupos a favor ou contra o empreendimento. Entretanto, um discurso comum une a todos: a necessidade da inserção regional da usina no âmbito de um plano de desenvolvimento, que proporcione a consolidação da ocupação socioeconômica e a sustentabilidade da base produtiva regional.

A UHE Belo Monte está contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal, sendo considerada um projeto estruturante da região do Xingu no Estado do Pará. Nesta concepção, o empreendimento faz parte do planejamento regional, devendo proporcionar efeitos multiplicadores de emprego e renda.

(\*) HCGN 703 Bloco L Apto.504 – CEP 70.730-712 Brasília – DF – Brasil  
Tel: (+55 61) 3319-5587 – Fax: (+55 61)3319-5098 – Email: silvia.ramos@mme.gov.br

## 2.0 - A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O PDRS XINGU

A proposta de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional do Xingu \_ PDRS Xingu está relacionada a uma estratégia mais ampla dos governos federal e estadual, referenciada na Política Nacional do Desenvolvimento Regional – PNDR e nos instrumentos de planejamento. No plano federal, o PDRS Xingu está contextualizado nas premissas do Plano Amazônia Sustentável (PAS), cujo propósito é a formulação de um novo modelo de desenvolvimento, com base em estratégias de planejamento territorial e de integração regional. No estadual, integra o programa “Pará Terra de Direitos”, o qual busca promover a integração regional, a elevação da qualidade de vida e inclusão social com gestão participativa da sociedade civil organizada.

A PNDR foi formulada no âmbito do Ministério da Integração Regional e congrega ações de planejamento e gestão tendo como foco potencial o combate às desigualdades regionais. A base metodológica é a convergência das demais políticas governamentais sobre o território de planejamento, como forma de visualizar o reatamento das políticas públicas no espaço regional. A gestão do processo de planejamento, considerando o envolvimento e a articulação institucional, cabe aos órgãos de coordenação transversal do governo federal: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Casa Civil e a Secretaria Geral da Presidência da República.

Por sua vez, a Constituição do Estado do Pará determina, dentre seus princípios, a defesa ao direito de sua população alcançar um padrão adequado de bem estar social e econômico, através de um processo de desenvolvimento setorialmente integrado e territorialmente harmonioso. A Lei 5.793/1994, que define a Política Mineraria e Hídrica do Estado do Pará, determina que tal política seja executada em consonância com vários princípios, dentre eles o de que os grandes projetos localizados sejam responsáveis pelo financiamento de ações e serviços que visem a compensar os efeitos negativos da sua implantação e atender ao aumento significativo da demanda de infraestrutura social. Determina também que os custos destas ações sejam considerados como “custo social consecutário”.

No âmbito do Ministério de Minas e Energia, a integração das políticas públicas voltadas para o público atingido por barragem, bem como a formulação da regulamentação das questões sociais na implantação das hidrelétricas teve início em 2004 com a instituição do Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico - CGISE pela Portaria Interministerial PR/MME/MMA Nº 791/ 2004. Em sequência, foi criado na Secretaria Executiva do MME o Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental, que tem como uma de suas missões a formulação e a consolidação de políticas públicas e da regulamentação socioambiental. Dentre outras ações, foram realizados sete acordos sociais visando o desenvolvimento regional e a implantação de projetos de geração de emprego e renda na área de influência de hidrelétricas. A formulação do PDRS Xingu contextualizando a UHE Belo Monte caracterizou a confluência das políticas públicas em curso.

### 2.1 Institucionalização do PDRS Xingu e do Comitê Gestor

Um dos propósitos da formulação do PDRS Xingu é a promoção de políticas públicas integradas no território de abrangência e a formação de parcerias para a promoção do desenvolvimento regional sustentável. O plano deverá orientar a coerência dos programas e ações públicas que reatam no território, expressando nos orçamentos dos governos federal, estadual e municipal, a busca da sinergia das ações.

Para atingir tal propósito, faz-se necessário a institucionalização do Plano, a qual ocorreu por meio do Decreto presidencial nº 7.340, de 21 de outubro de 2010. Assim, a implementação do PDRS do Xingu deverá observar a cooperação entre órgãos e entidades federais e entre estes e os órgãos e entidades dos demais entes federados, bem como a participação dos setores organizados da sociedade local.

O Comitê Gestor do PDRS do Xingu foi criado no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, com as atribuições de monitorar a execução e a efetividade das ações planejadas, promover a articulação entre os instrumentos de planejamento governamentais e os órgãos públicos e, quando necessário, desses com as entidades da sociedade. Além disso, deverá promover avaliações periódicas sobre a execução e efetividade do PDRS do Xingu, revisar e atualizar o PDRS do Xingu sempre que considerar necessário. E também elaborar relatório anual sobre a execução e efetividade do Plano que será apresentado à Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, do Conselho de Governo, criada pelo Decreto no 4.793, de 23 de julho de 2003, e ao qual deverá ser dada ampla publicidade.

O Comitê Gestor será composto de forma paritária por quinze representantes de órgãos governamentais\_ cinco do governo federal, cinco do estadual e cinco dos municípios \_ e por quinze representantes de organizações da sociedade civil pertencentes à área de abrangência do PDRS Xingu, são esses:

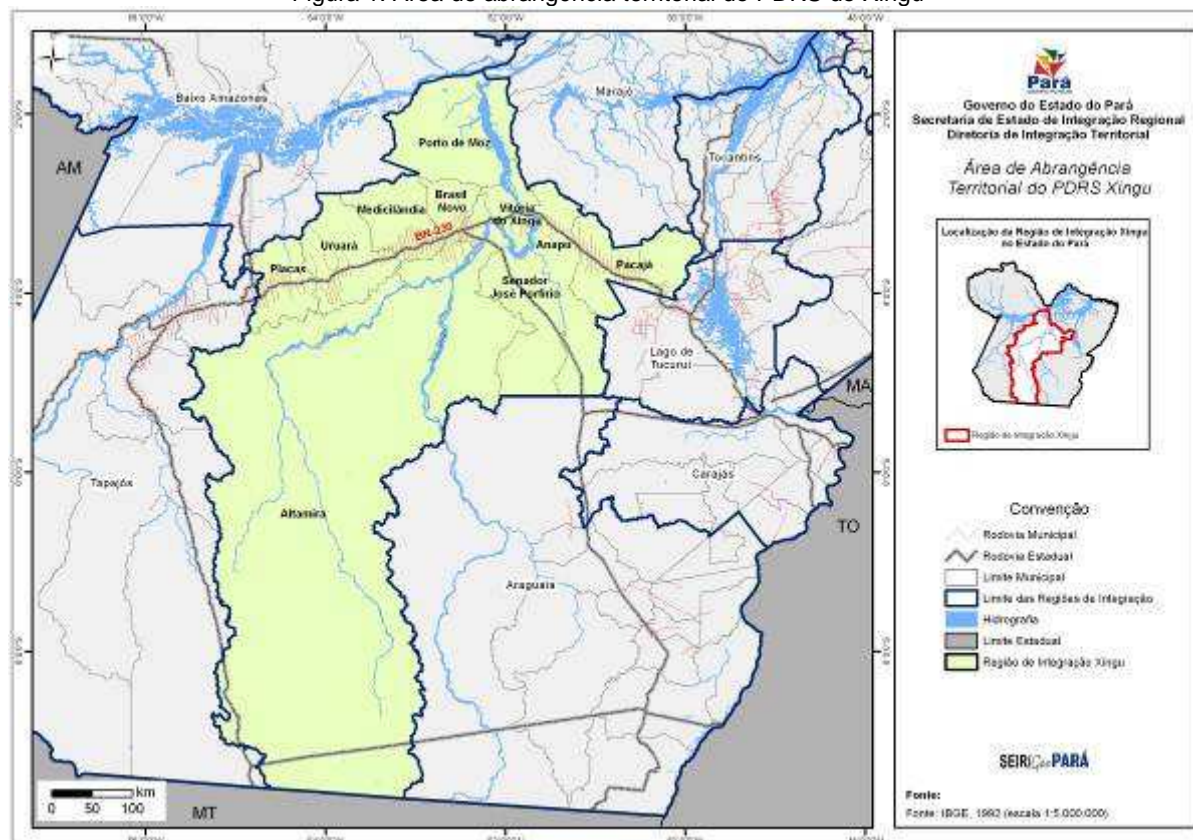
- quatro representantes do setor empresarial regional, sendo que um deles é o representante da concessionária da UHE Belo Monte \_ Norte Energia S.A;
- quatro representantes das entidades sindicais rurais e urbanas e dos pescadores;
- quatro representantes dos movimentos sociais e organizações ambientais;
- dois representantes das comunidades indígenas; e
- um representante da área de ensino e pesquisa.

## 2.2 Área de Abrangência do PDRS Xingu – características regionais

A área de abrangência do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Xingu compreende os dez municípios da área de influência da UHE Belo Monte. Estes municípios compõem a Região de Integração Xingu, além de coincidir com os que integram o Programa Território da Cidadania da Transamazônica, são eles: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu.

A região em questão é a região polarizada pela cidade de Altamira, traçado da rodovia Transamazônica. A formação desta região foi marcada por forte intervenção do governo militar com orientação geopolítica para ocupação da Amazônia. O posterior abandono da região resultou em carências na oferta de serviços públicos e isolamento da região. O ciclo de expansão da fronteira capitalista se esgotou ao longo de mais de trinta anos de ocupação. Verifica-se a estagnação econômica e a acentuada degradação ambiental resultante dos processos, ainda em curso, baseados na exploração desordenada dos recursos naturais. A Figura 1 apresenta o mapa da região, que totaliza dez municípios paraenses em 250.791,94 km<sup>2</sup>.

Figura 1: Área de abrangência territorial do PDRS do Xingu



Elaboração: SEIR/GeoPARÁ

Na visão dos atores regionais, as dificuldades apontadas para justificar a retração da agricultura dizem respeito às condições desfavoráveis do mercado, às deficiências de infraestrutura produtiva como transporte, eletrificação rural e condições de armazenamento da produção, ausência de assistência técnica. As principais carências da área de abrangência do PDRS Xingu são: precariedade do sistema de transporte, baixa qualificação profissional, forte desemprego sazonal e estrutural, renda per capita baixa, serviços de saúde e educação precários, falta de eletrificação rural, ausência de verticalização da produção, insuficiência de saneamento, pouco acesso ao crédito (pequenos produtores), deficiência de assistência técnica.

A região apresenta importantes potencialidades regionais, como: bolsões de terra de qualidade, alguns produtos com rentabilidade média superior a nacional\_ como a produção de cacau, dinâmica social e produtiva baseada no associativismo, atratividade para o ecoturismo, bem como a perspectiva de implantação de grandes investimentos públicos no curto prazo: a construção da UHE Belo Monte e o asfaltamento da rodovia Transamazônica.

Assim, dois impactos sócio-ambientais de natureza regional orientam a formulação do problema a ser equacionado pela proposta da inserção regional da UHE Belo Monte, no contexto do Plano de Desenvolvimento Regional do Xingu:

- Desestruturação da organização produtiva da região polarizada por Altamira, frente à magnitude dos investimentos que serão aportados apenas nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu; e

- Dinamização da economia proporcionada pelo aumento da demanda agregada durante a implantação do empreendimento, com desaquecimento após a conclusão das obras civis da usina.

Considerando o contexto histórico regional onde será implantado o empreendimento, ficou evidenciada a necessidade da formalização de um plano de desenvolvimento, como forma de reorientação econômica oportunizada pelos investimentos que envolvem a implantação da hidrelétrica.

A comparação dos dados dos censos das últimas duas décadas indica forte tendência à urbanização da região, reflexo do esgotamento do modelo agrícola implantado. Entretanto, a população urbana da área de estudo ainda abrange menos da metade do total de residentes, isto é, 119.078 habitantes. Altamira é a cidade mais populosa, concentrando mais da metade desta população urbana, 62.265 habitantes.

A Tabela 1 apresenta a população residente na área de abrangência do PDRS Xingu, a qual coincide com a área de influência do empreendimento UHE Belo Monte. De acordo com dados do IBGE de 2009, a região comportava 336.222 habitantes.

<b>Tabela 01: Área territorial e número de habitantes dos municípios da Região do Xingu</b>			
<b>Região de Integração</b>	<b>Município</b>	<b>Área Territorial (Km²)</b>	<b>Número de Habitantes (2009)</b>
Xingu – Estado do Pará	Altamira	159.695,94	98.750
	Anapu	11.895,21	20.421
	Brasil Novo	6.368,25	19.754
	Medicilândia	8.272,58	23.682
	Pacajá	11.832,18	41.953
	Placas	7.173,16	19.592
	Porto de Moz	17.422,88	28.091
	Senador José Porfírio	14.374,09	14.434
	Uruará	10.791,32	59.881
	Vitória do Xingu	2.966,33	9.664
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>10 municípios</b>	<b>250.791,94</b>	<b>336.222</b>

Fonte: IBGE, 2009

O caráter concentrado da população urbana de Altamira reforça o papel que a cidade desempenha na polarização do espaço regional, por meio da prestação de serviços e comércio em geral, bancos, serviços públicos na área da saúde e educação, justiça, representações de órgãos federais e estaduais e outros. Por outro lado, a maioria dos municípios tem população rural superior a urbana, dando a região do Xingu um perfil rural, com destaque ao número elevado de assentamentos rurais implantados desde a década de 1970.

A região do xingu representa uma das áreas do território estadual em que as migrações definiram sua estrutura espacial. Ponto importante é o caráter diferenciado e singular do comportamento migratório dessa região na qual, durante a última década, passou a vigorar a migração intra-regional em relação à inter-regional. Embora com ritmo reduzido, a migração continua a ser fator espontâneo e induzido de ocupação do território e de produção de novos espaços.

### 3.0 - UHE BELO MONTE: CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Resolução nº 2/2001 do Conselho Nacional de Política Energética dispõe sobre o reconhecimento do interesse estratégico da UHE Belo Monte para a composição do Sistema Interligado Nacional e considera a avaliação do potencial do empreendimento na promoção do desenvolvimento econômico e social na Região.

O concessionário da UHE Belo Monte, em conformidade com o anexo IV do Edital de Leilão nº 06/2010 ANEEL, irá aportar quinhentos milhões de reais, recursos a serem aplicados no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, além dos recursos necessários para atendimento aos programas de mitigação e compensação no âmbito do licenciamento ambiental.

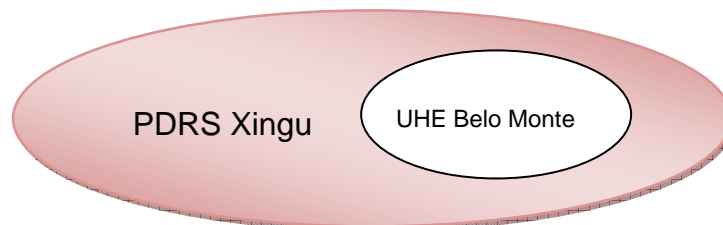
A premissa básica é que a UHE Belo Monte é um vetor da ocupação e do desenvolvimento regional, que gera efeitos multiplicadores de trabalho e renda. Neste sentido, o concessionário da hidrelétrica deverá empreender ações de forma a intensificar os impactos positivos e internalizar na região as oportunidades surgidas com a obra.

Estima-se que, na etapa de construção da usina, serão gerados 18.700 empregos diretos, além dos empregos indiretos nos ramos de hotelaria, alimentação, serviços urbanos, etc. Com relação às demandas da obra, a região em muito poderá contribuir com o fornecimento de alimentos, matérias-primas, materiais de construção civil, como tijolos, telhas, madeiras aparelhadas, madeiras para cobertura (telhados), etc. A perspectiva da dinamização

econômica regional apresenta oportunidades de formação e consolidação de cadeias produtivas, das quais poderão advir, no futuro pós-obra, a excelência e a competitividade dos produtos regionais.

Neste contexto, o PDRS Xingu é o instrumento do planejamento governamental que visa consolidar a estrutura produtiva regional, por meio da potencialização e internalização das oportunidades e dos efeitos positivos da implantação do empreendimento na região, orientando a implantação de políticas públicas e a articulação com as ações de agentes privados. A Figura 2 esquematiza a parceria do concessionário da UHE Belo Monte no contexto do PDRS Xingu.

Figura 2 – O concessionário da UHE Belo Monte é um parceiro do PDRS Xingu



O êxito do planejamento regional depende da convergência de ações entre órgãos de governo em todos os níveis e da sinergia entre atores públicos e privados. Assim sendo, a eficiência das ações do concessionário da UHE Belo Monte se reporta a concatenação com as ações das políticas públicas e dos atores regionais, as quais devem ser parte integrante do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Em termos teóricos, as ações do concessionário da UHE Belo Monte foram classificadas em duas etapas relativas às fases de implantação do empreendimento com vista a atuar como fator de indução do desenvolvimento:

Etapa 1 - Etapa preparatória voltada para a promoção da competitividade regional com a capacitação da região, buscando a maximização dos efeitos positivos da implantação da hidrelétrica e a apropriação das oportunidades pela região:

- I – qualificar produtores e fornecedores regionais, principalmente nos ramos da construção civil e alimentação;
- II – qualificar a mão-de-obra local para colocação nos postos de trabalho; e
- III - qualificar a gestão pública.

Etapa 2 – Etapa de consolidação da estrutura regional com a implementação de programas e projetos:

- I \_ atender ao aumento da demanda de infra-estrutura econômica e social e adensamento das cadeias produtivas segundo a potencialidade regional – durante a obra;
- II \_ atender à continuidade na auto-sustentação econômica dos Municípios, com programas de geração de emprego e renda - após a obra.

Da mesma forma, em termos teóricos e com o intuito de favorecer a internalização das oportunidades surgidas com a implantação da UHE Belo Monte, a proposição original do cronograma de desembolso dos recursos a serem aportados pelo concessionário foi o apresentado na Tabela 2. Todavia, este detalhamento não ficou especificado no edital do leilão. Assim, prevalecerá o acordado no âmbito do Comitê Gestor.

Tabela 2 – Cronograma de Desembolso – Proposição original

	ETAPAS DA OBRA	RECURSOS
ETAPA 1	do Leilão/outorga da concessão até a LI	10%
ETAPA 2	Da LI a LO	40%
ETAPA 2	Após a LO até 20 anos	50%

### 3.1 Propensão à formação de parcerias

A sociedade civil regional é amplamente organizada e as redes sociais são densas e coesas. Paradoxalmente, o isolamento provocado pela ausência do Estado e de investimentos públicos, a falta de trafegabilidade da Transamazônica, ensejou a luta histórica dos atores regionais em torno da bandeira do asfaltamento da rodovia, proporcionando à região assumir identidade própria.

A formação de parcerias é uma das condições básicas do PDRS, pois o objetivo do desenvolvimento sustentável na aplicação dos diversos programas transcende as competências individuais sejam elas de caráter legal,

institucional ou financeira dos atores públicos e privados envolvidos. A propensão a parceria é razoavelmente diferenciada entre os blocos de atores regionais, aqui especificados:

**Empresariado regional** – São potenciais promotores do PDRS Xingu viabilizando parcerias nos diversos setores, com vistas ao adensamento das cadeiras produtivas. Cabe ressaltar, entretanto, a evidente divergência da prática generalizada e tradicionalmente realizada na região tanto pelos grandes como pelos pequenos produtores rurais, dos desmatamentos e queimadas cíclicas nas atividades agropecuárias, com o viés da sustentabilidade proposto no Plano. Cabem ações educacionais visando a mudança de paradigma para a prevalência da sustentabilidade.

**Movimentos sociais e organizações não governamentais** – São potenciais promotores dos programas que promovem a sustentabilidade ambiental e a distributiva com implantação de programas de economia popular e geração de renda ao agricultor familiar. Estes atores estão bem articulados internacionalmente e reúnem condições de captar recursos, gerenciar programas e fiscalizar a implantação de ações, resguardando os interesses sociais. Entretanto, este grupo de atores não é homogêneo e alguns tem posicionamento divergente em relação à implantação da hidrelétrica.

#### 4.0 - O PROCESSO DE ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO PDRS XINGU

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu foi iniciada em 2007, por meio de convênio da Eletronorte com o Governo do Estado do Pará, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Integração Regional. O Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará – NAEA/UFGPA definiu segundo metodologia participativa os objetivos e as diretrizes do Plano, realizou o diagnóstico socioeconômico, territorial e legal-institucional da região e promoveu e sistematizou três consultas públicas para a definição das ações prioritárias.

As consultas públicas foram organizadas e divulgadas pela Secretaria de Estado de Integração Regional do Pará e contaram com a participação da sociedade civil organizada, dos órgãos de governo estadual e municipais, da Casa Civil e da Secretaria Geral da Presidência da República, de instituições federais atuantes na região como o INCRA e o DNIT e de vários ministérios: MME, MMA, MI, MT, MAPA, MCidades, MDA, MDS. As consultas públicas ocorreram nos dias: 16/02/2009 em Altamira-PA, 18/02/2009 em Senador José Porfírio-PA e 20/02/2009 em Uruará-PA.

Em 2009, Governo Federal instituiu um Grupo de Trabalho Intergovernamental – GTI com o objetivo de concluir o referido Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, pelo Decreto s/nº de 19 de novembro de 2009. O GTI foi composto por representantes dos seguintes órgãos: da Presidência da República, Casa Civil, Secretaria Geral, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Secretaria de Relações Institucionais; 14 Ministérios: Minas e Energia; Agricultura Pecuária e Abastecimento; Educação; Saúde; Cidades; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Integração Nacional; Meio Ambiente; Planejamento, Orçamento e Gestão; Transportes; Trabalho e Emprego; Justiça; Pesca e Aquicultura; e da Eletrobras - por parte do Governo Federal. A coordenação ficou a cargo da Casa Civil e a secretaria-executiva ficou a cargo do Ministério da Integração Regional. O Governo do Estado do Pará foi convidado a integrar o GTI. A participação dos órgãos paraenses foi coordenada pela Secretaria de Estado de Integração Regional - SEIR.

##### 4.1 Ações Estratégicas

A metodologia para identificação de ações estratégicas incorporou, através de procedimentos comparativos, diretrizes presentes no Plano Territorial Participativo empreendido pelo Governo do Estado, no Plano Pluri Anual e igualmente no Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal. O objetivo de definir as ações estratégicas é de sinalizar para prioridades e expectativas. O NAEA/UFGPA consolidou 296 ações demandadas, sendo que algumas das ações já estão em andamento. O conjunto de ações estratégicas definidas para este PDRS do Xingu, por Eixo Temático, são as seguintes:

##### Eixo 1 – Ordenamento Territorial e Gestão Ambiental:

- Regularização fundiária;
- Implantação e fortalecimento das Agências estatais de gestão fundiária, territorial e ambiental;
- Alternativas e incentivos que propiciem a substituição de práticas produtivas ambientalmente predatórias;
- Incentivo à formação e ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras e sustentáveis.
- Erradicação do trabalho escravo;

##### Eixo 2 – Infraestrutura para o desenvolvimento:

- Manutenção de todas as estradas vicinais e conclusão da pavimentação das BR 230 e 163
- Pavimentar a PA-167 (da BR230 a Senador e de Senador a Porto de Moz);
- Implantação do programa Luz para todos em toda a zona Rural;
- Implantação de sistemas alternativos de geração de energia, tratamento de água e esgoto em comunidades isoladas;
- Implantar e universalizar o abastecimento de água tratada nos municípios;



- Implantação de sistemas de tratamento de resíduos sólidos (reciclagem).

### Eixo 3 – Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis

- Melhoria das estradas vicinais e da rodovia Transamazônica para viabilizar o escoamento da produção;
- Apoio técnico aos produtores rurais para o desenvolvimento das cadeias produtivas na região;
- Regularização fundiária;
- Acesso ao crédito público e sua ampliação para financiamento da produção incluindo o extrativismo;
- Regular a pecuária extensiva na região através de mecanismos de crédito e de licenciamento ambiental;
- Valorização do extrativismo como geração de renda, preservação do modo de vida e do meio ambiente;
- Pagamento dos serviços ambientais;

### Eixo 4 – Inclusão Social e Cidadania: Educação, Saúde, Assistência Social, Habitação e Saneamento básico, Controle Social e Segurança Pública

- Ampliação e reformas de escolas de ensino infantil (creches), fundamental e médio;
- Erradicação do analfabetismo, educação no campo;
- Implantação de Escolas profissionalizantes (pólo CEFET);
- Implantação e Ampliação da oferta de cursos universitários;
- Implantação de Casas Familiares rurais e reforma nas já existentes;
- Plano de valorização dos professores;
- Implantação de escolas bilíngues para a população indígena;
- Pesquisa e Inovação de ações relacionadas às políticas públicas.
- Construção e reformas de hospitais e oferta de serviços especializados no hospital regional;
- Ampliação de programas voltados para a saúde da mulher, infância, idosos;
- Ampliação das ações de atenção primária à saúde;
- Ampliar as ações de atendimento a criança e adolescência, a mulher ao idoso;
- Ampliar as ações do programa bolsa família para as populações ribeirinhas e indígenas;
- Criar equipe interprofissional para o atendimento na Delegacia da Mulher e;
- Segurança Alimentar e Nutricional.
- Melhorias das condições habitacionais (Interesse Social) e;
- Implantação de água encanada e esgoto para todos.
- Participação da população nas decisões e acompanhamento dos investimentos nos municípios.

#### 4.2 Articulação Institucional – regularização fundiária

Como exemplo da forma de atuação e dos processos em curso no âmbito do PDRS Xingu, cabe registrar a articulação institucional realizada em torno da questão considerada basilar para iniciar as instalações da obra da UHE Belo Monte, como o cumprimento das parcerias indicadas em vários condicionantes da Licença Prévia e a regularização fundiária do polígono do empreendimento e das áreas reservadas ao remanejamento da população atingida.

A precariedade da regularização fundiária da região é considerada um dos principais problemas, com consequências limitantes da produção agrícola sustentável, concorrendo para o acirramento de conflitos agrários, como o caso da Irmã Dorothy Stang em Anapu. A condição histórica da implantação da rodovia Transamazônica promoveu a federalização do território, estando 90,8% sob jurisdição federal. A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito a territorialidade de indígenas e grupos minoritários. Os conflitos fundiários na região são amplos e complexos, ocorrendo entre particulares, entre particulares e Estado, entre as esferas de governo federal e estadual, entre os diversos setores públicos (INCRA, FUNAI, ICMBio). Ainda prevalece a seguinte situação:

- inexistência de regularização da propriedade da terra – válida para proprietários de “pequeno” e “médio” porte (nem mesmo integrantes do Programa de Colonização da década de 70 detêm o título da terra);
- para as populações tradicionais (todas as unidades de proteção integral e de uso sustentável carecem desta regularização);
- para populações indígenas (02 reservas indígenas não demarcadas; 01 invadida; 01 não identificada, além de populações indígenas ribeirinhas não aldeadas);
- para populações remanescentes de quilombos (nenhuma terra demarcada);
- para populações que habitam em unidades de conservação e áreas indígenas declaradas (nenhum procedimento realizado até o momento);
- para grandes proprietários, cujos domínios conflitam seja com o novo ordenamento territorial seja com as posses imemoriais e históricas.

A Casa Civil da Presidência da República, na condição de coordenadora do PDRS Xingu, está promovendo as

reuniões de articulação institucional para viabilizar a antecipação das ações de regularização fundiária. A aplicação do Programa Terra Legal para promoção da titularidade da pequena e média propriedade, a resolução dos impasses gerados pelo novo ordenamento territorial como a incidência de assentamentos rurais em glebas reivindicadas por etnias indígenas.

Da mesma forma, o planejamento das futuras ações do PDRS, como as ações do Programa Luz para Todos, está sendo compatibilizado com a consolidação do novo ordenamento fundiário. São temas que demandam articulação institucional e decisões políticas para chegarem a bom termo.

## 5.0 - CONCLUSÃO

Este trabalho tem como tratamento original a utilização de dotação orçamentária específica para aplicação em um Plano de Desenvolvimento que deverá garantir a implantação do empreendimento em melhores condições de infraestrutura social e a consolidação socioeconômica da região de influência da hidrelétrica, considerando efeitos no médio e longo prazo. Tem-se, como resultados esperados:

- 1 – Redução do risco socioambiental com a internalização dos impactos positivos da implantação da hidrelétrica; e
- 2 – Consolidação da economia regional, amortecendo os efeitos de desmobilização na etapa pós-obra;

A estratégia de inserção regional de grandes empreendimentos visa resolver tradicionais conflitos de apropriação desigual de benefícios e custos entre diferentes áreas geográficas. No caso, o conflito se estabelece entre o benefício do suprimento de energia elétrica a ser apropriado em grande parte pelos centros consumidores do País nas regiões sudeste, sul e Centro Oeste e os custos sociais, econômicos e ambientais que ficam circunscritos à região polarizada pelo empreendimento.

Os empreendimentos de infraestrutura podem assumir caráter indutor do desenvolvimento. Impactos positivos e oportunidades de consolidação da economia local podem ser incorporadas e potencializadas em um plano integrado, permitindo eliminar etapas no desenvolvimento regional.

Dada a crescente necessidade de ampliação da oferta de energia elétrica, observa-se que o planejamento da expansão do parque elétrico brasileiro incorpora o potencial hidrelétrico da Amazônia, expandindo as fronteiras de ocupação econômicas no território nacional.

Neste sentido, os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia representam os vetores de ocupação e desenvolvimento regional, orientando a marcha para o oeste, de forma planejada ou não. Cabe ao poder público, planejar e promover políticas públicas sinérgicas, envolvendo os diferentes níveis de governo, e que reúna recursos orçamentários dentro das competências previstas legalmente, evitando transferência de responsabilidade ao empreendedor sobre situações críticas de carências de oferta de equipamentos e serviços públicos, mas que não tem vinculação com impactos do projeto. Desta forma, será possível maximizar os efeitos multiplicadores dos investimentos setoriais, em prol do equilíbrio e desenvolvimento regional.

A formulação de diretrizes para reestruturação da economia local, com o direcionamento das políticas públicas, em consonância com os anseios da população atingida, deverá estabelecer novo marco na implantação dos empreendimentos hidrelétricos no Brasil, resgatando o princípio da integração das políticas públicas e o respeito à população afetada.

## 6.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – Região de Integração do Xingu – Governo Federal – site do Ministério da Integração: <http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/pdrs/>
- (2) Fort Xingu - Nota : “Os desafios de Belo Monte” emitida em 01/04/2011\_ <http://fortxingu.blogspot.com>
- (3) IBAMA – Licença Prévia nº 342/2010 da UHE Belo Monte
- (4) Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010
- (5) Resolução CNPE nº2, de 17 de setembro de 2001.

## 7.0 - DADOS BIOGRÁFICOS

Nome: Sílvia Maria Frattini Gonçalves Ramos

Local e ano de nascimento: Rio de Janeiro-RJ/1954.

Local e ano de graduação e pós-graduação:

- Graduação em Ciências Sociais – Sociologia - Universidade de Brasília – UnB, 1977
- Graduação em Ciências Econômicas – Universidade de Brasília – UnB, 1981
- Mestrado em Economia – Universidade de Brasília – UnB, 1984



- Aperfeiçoamento em Planejamento Energético – Comissão Estadual de Energia de Santa Catarina, 1987
- Especialização em Política e Planejamento Estratégico – Escola Superior de Guerra – ESG, 1997
- Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental

Experiência profissional:

- Analista de Planejamento – Eletrobras/Eletronorte/EPE/Departamento de Planejamento de Mercado, 1986 a 2000
- Analista de Planejamento – Eletrobras/Eletronorte/PR/Coordenação de Ações Energéticas e Ambientais, 2000 a 2003
- Analise de Planejamento – Eletrobras/Eletronorte/DE/Coordenação de Inserção Regional, 2003 a 2005
- Analista de Planejamento – Eletrobras/Eletronorte/DE/Departamento de Meio Ambiente, 2005 a 2007
- Colaboradora técnica - Ministério de Minas e Energia/Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental, 2007 à 2011

Nome: Maria Ceicilene Aragão Martins Rêgo

Local e ano de nascimento: Fortaleza-CE/1969

Local e ano de graduação e pós-graduação:

- Graduação em Geologia – Universidade de Brasília – UnB, 1992
- Mestrado em Geotecnia – Universidade de Brasília – UnB, 1997

Experiência profissional:

- Consultora Técnica – IBAMA – Diretoria de Licenciamento Ambiental, 1994 a 2003
- Assessora Técnica – Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, 2004 a abril de 2007
- Assessora Técnica – Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Qualidade Ambiental, abril a agosto de 2007
- Coordenadora Geral – Ministério de Minas e Energia/Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental, 2007 a 2011

Nome: Márcia Camargo

Local e ano de nascimento: Porto Alegre-RS/1957.

Local e ano de graduação e Pós-graduação:

- Porto Alegre – RS – Graduação em Jornalismo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 1986.
- IRPES – França e Holanda – Especialização em Planejamento Estratégico e Políticas Públicas, 1989 a 1991.

Experiência profissional:

- Coordenadora da área de planejamento da prefeitura municipal de Porto Alegre/RS – 1992 a 1998
- Secretária Geral – Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE/RS – 1999 a 2002
- Secretária Geral e Coordenadora Executiva da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE/RS – 2002 a 2003
- Coordenadora Executiva do Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico – CGISE - Ministério de Minas e Energia, 2004 a 2005
- Coordenadora Executiva do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental – NESA - Ministério de Minas e Energia, 2005 a 2011